

ENDIVIDAMENTO BILIONÁRIO

PACHECO VAI A MINISTRO DO STF PEDIR PRAZO PARA MINAS

Após reunião com Haddad, presidente do Senado se encontra com Nunes Marques para tratar da prorrogação do início do pagamento da dívida do estado com a União

BRUNO NOGUEIRA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniu ontem com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Kássio Nunes Marques para tratar da prorrogação do prazo de início do pagamento da dívida de R\$ 160 bilhões de Minas com a União. No ano passado, Nunes Marques definiu o dia 20 de dezembro como data limite para que Minas faça sua adesão ao Regime de Recuperação Fiscal para renegociar seus débitos. Caso contrário, o estado terá de voltar a pagar as parcelas da dívida. Pacheco, em suas redes sociais, afirmou que o ministro foi receptivo aos argumentos jurídicos apresentados e que aguarda uma decisão de Nunes. "Fomos muito bem recebidos pelo ministro, que compreendeu os aspectos jurídicos e haverá de tomar uma decisão oportunamente", afirmou.

A reunião ocorreu horas depois de Pacheco receber na sua residência o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir o tema. Os dois defendem que o STF estique o prazo para adesão de Minas até fim de março. É o tempo que o Ministério da Fazenda precisa para analisar a proposta apresentada pelo presidente do Senado há duas semanas como solução para a dívida. A proposta é uma alternativa ao plano do governador Romeu Zema (Novo), que está para ser votado na Assembleia Legislativa.

Após a reunião entre Pacheco e Haddad, na casa do presidente do Senado, os dois deram entrevistas separadas e fizeram duras críticas a Romeu Zema, que na quarta-feira atacou a negociação entre o senador e o ministro dizendo que até então não tinha visto nenhuma ação efetiva para resolver o problema de Minas: "Ficou falação até agora", disse Zema. Haddad saiu em defesa de Pacheco e afirmou que o governador não ajuda o estado com este tipo de conduta.

O presidente Pacheco está muito preocupado com a situação de Minas, porque, dos R\$ 160 bilhões que Minas deve, um terço da dívida de Minas Gerais foi contraída durante o governo do Zema. Inexplicavelmente, o Zema, em vez de se aliar ao presidente Pacheco para resolver o problema, ataca nas redes sociais e na imprensa alguém que foi o único mineiro com autoridade a tomar providências em relação a isso", afirmou.

Haddad continuou com suas críticas ao governador. Afirmou que Zema praticamente governou com recursos federais, aumentou o valor da dívida de cerca de R\$ 100 bilhões para R\$ 160 bilhões e não conseguiu resolver o problema, mesmo aliado a Jair Bolsonaro (PL). "Ele ficou cinco anos, quatro como aliado no Planalto,

PEDRO CONTI/O/PRESIDÊNCIA SENADO



PACHECO E HADDAD REAFIRMARAM O EMPENHO EM BUSCAR UMA SAÍDA PARA O ENDIVIDAMENTO DE MINAS

"No momento, precisamos muito é de união, de muita maturidade, porque não podemos ter infantilismo num momento desse, de ficar achando que nós estamos numa disputa eleitoral"

RODRIGO PACHECO (PSD-MG)
Presidente do Congresso Nacional

"Ele (Zema) ficou cinco anos, quatro como aliado no Planalto, podendo fazer alguma coisa por Minas e tudo que ele fez foi endividar Minas. A dívida saiu de pouco mais de R\$ 100 bilhões para R\$ 160 bilhões"

FERNANDO HADDAD
Ministro da Fazenda

podendo fazer alguma coisa por Minas e tudo que ele fez foi endividar Minas. A dívida saiu de pouco mais de R\$ 100 bilhões para R\$ 160 bilhões", disse o ministro.

Segundo Haddad, os técnicos da sua pasta vão examinar a proposta de Pacheco para resolver o problema do endividamento bilionário de Minas, mas disse que isso demanda tempo. Um dos itens da proposta, por exemplo, é a federalização de estatais. O ministro explicou que a federalização de ativos de Minas exige "muita cautela" por causa dos acionistas minoritários.

MATURIDADE

Em sua entrevista após a reunião, o presidente do Senado também criticou a postura de Zema. "Nós não podemos criar narrativas, ficar o tempo inteiro em rede social criticando um ao outro. No momento, precisamos muito é de união, de muita maturidade, porque não podemos ter infantilismo num momento desse, de ficar achando que nós estamos numa disputa eleitoral", ressaltou.

AS PROPOSTAS

O atual plano de recuperação econômica proposto por Zema e em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) prevê uma revisão geral anual dos salários dos servidores públicos pela inflação, sem aumento real, durante os nove anos de vigência. O RRF ainda prevê a privatização de empresas públicas para amortizar a dívida e um teto de gastos nas despesas primárias do Estado. No entanto, ao fim do regime, a dívida deverá ter crescido em até R\$ 210 bilhões, já que não haveria um efetivo pagamento das parcelas.

A proposta de Pacheco, considerada menos danosa ao funcionalismo público, prevê a federalização das empresas Codemig, Copasa e Cemig; cessão dos créditos de Minas Gerais pelos acordos de reparação de Brumadinho e Mariana; uso do valor obtido pelo acordo de compensação pelas perdas da Lei Kandir no abatimento da dívida; e a criação de um Refis para que os estados endividados consigam descontos no pagamento das dívidas públicas.

O ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, que participou do encontro entre o senador e Haddad e também com Nunes Marques, reforçou as críticas a Zema e disse que, para ele, caso seja efetivada, a proposta de Pacheco poderá servir para solucionar também o endividamento de outros entes da Federação. "Teremos uma solução definitiva, que sirva para Minas, e como parâmetro para outros estados que se encontram na mesma situação." Procurado, o governo de Minas não se manifestou. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Página: 3